

VIOLÊNCIA A PESSOAS NA ESCOLA RAIMUNDO NONATO BATISTA

Violence against people in Raimundo Nonato Batista School

Maria Vera Lúcia da Rocha Oliveira¹
1.veraroli@hotmail.com

Resumo

Situações antagônicas como escola, ensino-aprendizagem e violência têm coexistido com certa frequência na atualidade em nossa sociedade. Este trabalho foi baseado numa pesquisa em forma de estudo de caso e bibliográfico e visa revelar dados sobre violência a pessoas, apurados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista (EMEFJRNB), situada na capital do estado da Paraíba - João Pessoa. Tais dados visam à verificação da efetiva existência de violência a pessoas nessa escola, avaliando suas interposições sobre o processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação, Violência a pessoas, Ensino-aprendizagem.

Abstract

Antagonistic situations like school, teaching and learning and violence have coexisted fairly often today in our society. This work was based on research in the form of case study and literature and aims to reveal data of violence against people, established in Municipal Elementary School Journalist Raimundo Nonato Batista (EMEFJRNB), located in the capital of Paraíba state - Joao Pessoa. Such data are intended to verify the actual existence of violence against people in this school, assessing their interposition on the teaching -learning process.

Keywords: Education, Violence against people, teaching and learning.

Introdução

Aqui pretende-se demonstrar o produto de uma pesquisa realizada no ano de 2014 e concluída em 2015, em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Nela submeteu-se à investigação: os níveis, as formas, a frequência de atos de violência a pessoas no ambiente escolar e sua correlação com o processo ensino-aprendizagem, tendo como estudo de caso a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista (EMEFJRNB).

A pesquisa foi norteadada pela hipótese-problema da existência de violência na escola citada e, ainda, que esse fato atrapalhava o processo ensino-aprendizagem. Foi motivada pela expectativa de que os dados pesquisados e examinados viessem a auxiliar no exercício do gestor, dos professores dentre outros, assim como vir a subsidiar o sistema mantenedor da escola em questão no tratamento dos problemas oriundos da violência.

Para tanto, teve como Objetivo Geral averiguar se havia violência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista, detectando, em caso de resposta positiva, a interposição dessa no processo de ensino-aprendizagem. Os Objetivos Específicos foram: levantar informações para quantificação e qualificação de episódios de violência na escola; sondar alternativas aplacar a violência; organizar os dados sistematizando-os; e analisar as respostas para a elaboração de considerações sobre o assunto.

A EMEFJRN B pertence ao Sistema Público de Ensino Municipal de João Pessoa, capital da Paraíba (Brasil). Fundada em 2008, é capacitada para matricular mil alunos aproximadamente nos turnos manhã, tarde e noite. O turno matutino funciona com o ensino Fundamental I, do 1º ao 5º Ano, a tarde atende ao ensino Fundamental II, do 6º ao 9º Ano, e a noite com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A estrutura física do prédio é avaliada como muito boa e bem conservada. Situa-se na periferia urbana da capital, apresentando muitos e diversificados problemas sociais – inclusive, é bastante divulgada pela mídia em vários quesitos de violência. Contudo, possui um mínimo de serviços urbanos, pois a população local conta com vários equipamentos público – mesmo se considerando algumas dificuldades de uso – como: creche, escolas, posto de saúde, espaço integrador de ônibus. A economia local gira fundamentalmente em torno de atividades vinculadas ao mercado informal. Há trabalhadores que se dedicam essencialmente a catar lixo, a serviços domésticos, a vendas ambulantes, entre outros.

Referencial Teórico

A maioria das pessoas convive com algum tipo de violência desde a mais tenra idade, sendo este um dos temas mais antigos e complexos que acompanha a história da humanidade em vários aspectos.

Segundo Abromovay (2002), “em que pesem as dificuldades em definir a violência” é corriqueira a formulação de conceitos mais amoldados ao contexto de forma mais genérica e não a pautando em prejuízos corporais a pessoas ou grupos destas. Chauí (1999, pp. 3-5 apud ABRAMOVAY, 2002, p.17), por exemplo, define violência como:

[...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...]

No entanto, é impossível se encontrar uma definição única e exata. O que se vê é uma gama variada de ações violentas a serem analisadas com base em regras e circunstâncias dos contextos sociais de cada momento histórico, a partir dos quais poderá adquirir vários sentidos.

Não pretendendo esgotar a variedade de tipos de violência que há por sobre a terra – pois, é sabido que existem em grande quantidade, intensidades, acometimentos, formas e nuances – são apontados aqui alguns dos que são mais comumente associados à comunidade escolar e adjacências.

Do ponto de vista mais amplo, tem-se que a violência doméstica (excesso físico ou psicológico de um componente de uma família contra o outro), a violência contra a mulher (seja física, sexual ou psicológica) e a violência urbana (crimes diversos contra pessoas – como assassinatos, roubos e sequestros – e contra o patrimônio público, influenciando de forma negativa o convívio entre as pessoas e a qualidade de vida) são estruturais e bastante desigualmente distribuídas na sociedade. A partir do contato de muitas crianças e adolescentes com essas formas de agressão é que são originadas a maioria das formas de “violência à escola”.

A violência empreendida na conjuntura escolar tem se tornado, além de alvo recorrente de pesquisa, um manancial de apreensão para a sociedade e muito mais intensamente para os envolvidos na comunidade escolar, apesar de não se configurar em um acontecimento novo.

Entre os diversos entendimentos sobre violência escolar, têm-se como definição, para Baker (1998 apud MARQUES, 2014, p. 36): “um conjunto de comportamentos antissociais praticados nas escolas (que podem incluir comportamentos de oposição, assaltos e agressões, a pais, professores e funcionários)”. Dessa maneira, esse seria um acontecimento casual, com inclinação a ser concebido por condutas de grande magnitude.

Bernard Charlot (2002) atenta para diferenciação entre a violência na escola e a violência à escola: enquanto a primeira é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição, a segunda dá-se quando a escola passa a ser alvo de depredações, incêndios, furtos, ou quando os alunos agridem colegas, professores e outros. Na referida pesquisa foram investigados diversos tipos de violência à/na escola, sendo alguns dos resultados sistematizados a seguir, em diálogo com outros autores.

Metodologia

No presente trabalho, tem-se que o objeto de pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista, para a qual foi levantada a problemática da existência de violência, vinculada à hipótese básica de que esta atrapalharia o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Com isso, seguiu-se uma linha hipotético-dedutiva, posto que se iniciou a partir da formulação de uma hipótese (se realmente há violência na escola objeto de estudo e se/como ela atrapalha o processo de ensino-aprendizagem), testando a ocorrência dos fenômenos abrangidos pela hipótese através da aplicação de procedimentos metodológicos.

Tratou-se de um estudo de caso com pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo e exploratório sobre a EMEFJRNB. Foram adotados procedimentos técnicos de observação direta e questionário com questões abertas e fechadas. Para este último, compuseram o universo amostral da pesquisa dez professores do Ensino Fundamental I, dez do Fundamental II, cinco profissionais da Equipe Técnica (supervisores escolares, assistentes sociais e psicólogo), dez alunos do nono ano e três gestores integralizaram a pesquisa. A escolha dos participantes para a pesquisa foi eventual. Uma vez divulgada esperou-se a adesão das pessoas de cada segmento e, à medida que se ia completando o número estabelecido, também se encerrava a entrega dos questionários. A partir dos resultados foram analisados os conflitos geradores de violência no ambiente escolar.

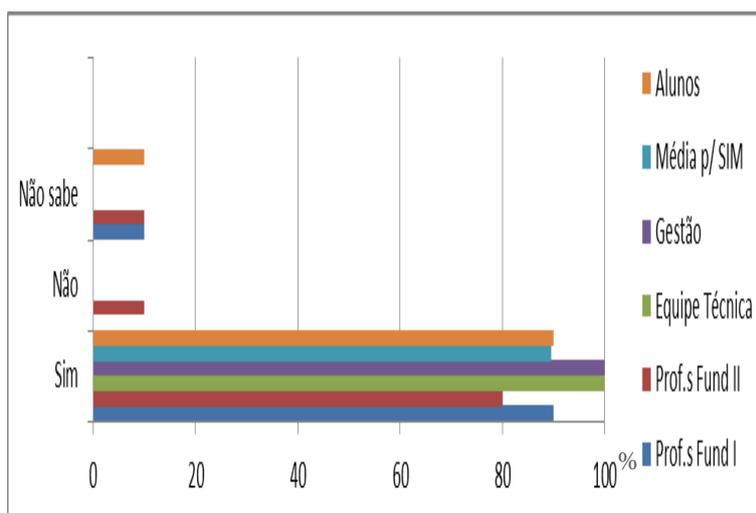
Resultados

Esta pesquisa foi bem aceita pelos profissionais da escola, que aderiram com boa vontade e portaram-se de forma colaborativa, o que facilitou a aplicação do instrumento de coleta de dados. Os alunos, no entanto, demonstraram em pequena escala, certo desinteresse.

A primeira questão se referiu à violência de modo geral, quando se sondou se existia violência na escola. Opinaram sim à existência de violência na escola 100% dos segmentos, o que propiciou a continuidade da pesquisa por confirmar a hipótese levantada, constatação chave para a continuação de toda a pesquisa, dado que confirma absolutamente a hipótese levantada.

Procurando compreender outro indício de comprovação de violência, em seguida foi perguntado se as pessoas tinham conhecimento da escola já haver registrado Boletins de Ocorrência - BOs em delegacias da cidade. As respostas estão explicitadas no gráfico que dá visualidade aos resultados obtidos.

Gráfico 1: A escola já registrou Boletins de Ocorrência - BO em delegacias da Cidade? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

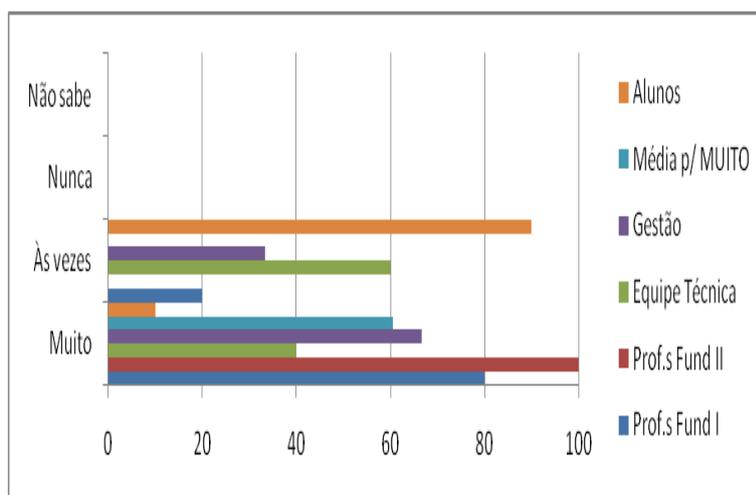


Foram quase unânimes os que responderam que sim, constituindo um percentual médio de 89,5% (ver faixa azul claro do gráfico anterior). Tal fato vem a corroborar para uma constatação

inequívoca da incidência de violência nessa escola, pois quando a situação pede que se preste queixa em delegacias é porque a escola esteve bastante vulnerável e exposta à violência, tornando-se palco de incidentes considerados graves o suficiente para se procurar fazer esse tipo de registro. Spósito (2002, apud PRIOTTO; BONETIB, 2009) analisou que muitas das ocorrências deste tipo ocorrem em diversas cidades do Brasil – e não se restringem às grandes urbes e capitais.

Na bateria de perguntas que fez menção à violência contra pessoas; a “violência interpessoal”, ou seja, violência de uma pessoa contra outra foram abordados diferentes tipos de ocorrência, e para tentar abarcar mais possibilidades qualitativas, pediu-se que se retratasse a frequência das ocorrências de agressões corporais na escola envolvendo alunos.

Gráfico 2: Existem agressões físicas envolvendo alunos na escola? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Argumentaram em grande proporção, para tentames de brigas na escola um total de 60,5%, enquanto que 39,5% declararam que as brigas só acontecem às vezes. Tais dados destoam dos apresentados no trabalho de Ristum (2010a), no qual a “violência entre alunos” foi a mais apontada pela maioria dos professores, tanto de escola pública (93,1%) quanto de particular (83,3%), superando todas as outras categorias de violência escolar.

Dados semelhantes foram obtidos por Sposito (2001 apud ASSIS; MARRIEL, 2010), os quais indicam que a maior frequência de violência na escola é a que ocorre entre os alunos, nas suas mais variadas formas (xingamentos e brigas com e sem violência física, ameaças, roubo de material, rixas de gangues etc.; também as demonstrações violentas, o segregacionismo de raça e todo tipo de intolerâncias). Para esta autora, a definição da violência tem variado de acordo com a realidade de cada país. O contexto político, religioso, questões históricas, culturais e de valores devem ser levadas em conta ao se analisar o tema, assim como a ausência de diálogo e de negociações.

Nessa mesma direção situa-se o trabalho de Lucinda, Nascimento e Candau (1999 apud LOPES, 2004), no qual "os professores entrevistados relataram, como mais frequentes, as ameaças e agressões verbais entre alunos e depois, entre alunos e adultos, dentre esses os professores." (ASSIS; MARRIEL, 2010).

Entende-se como violência interpessoal a violência perpetrada entre indivíduos conhecidos ou não, adultos ou até mesmo crianças que desde a mais tenra idade estão aptos a assimilar tal conteúdo. Pode dar-se em no ambiente de trabalho, no seio da família, na comunidade e outros. Enquanto que para as autoras Abramovay e Rua (2002) a distinção da violência pode se modificar em conformidade com o tipo da escola e de seus funcionários, e, ainda, conforme outras variantes de acordo com a idade e o sexo vindo essa ideia a cooperar com a dificuldade de julgamento quanto ao que seja considerada violência.

As brigas constituem uma espécie de violência das mais rotineiras nas escolas, compreendendo desde dificuldades de sociabilidade até comportamentos impetuosos, se tornando difícil se estabelecer conceitos precisos para cada situação devido ao grande número

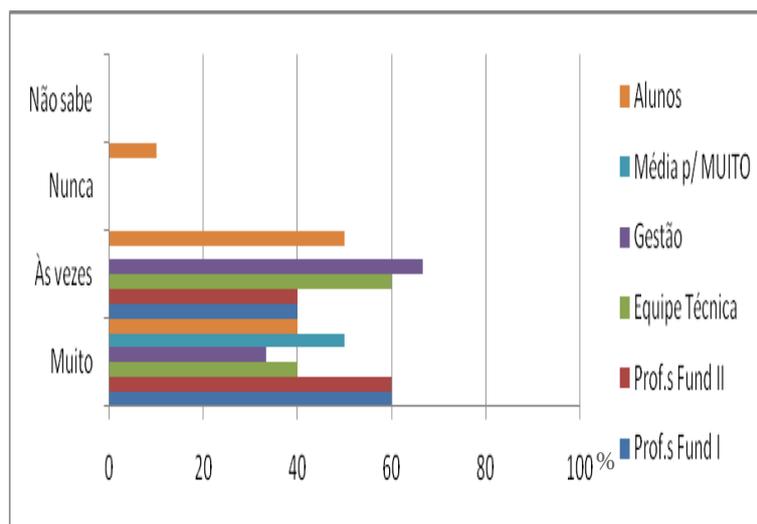
de nuances que tingem cada uma delas. Essas agressões em meio aos alunos surgem, a partir de brincadeiras e avançam para ofensas verbais e brigas. Abromovay e Rua atentam que:

É quando se torna difícil estabelecer demarcações precisas entre tipos de violência, como brigas e ameaças. O mais comum nas escolas parece ser situações-limite entre os bate-bocas e discussões. As brigas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Muitas vezes, as brigas ocorrem como continuidade de brincadeiras entre alunos, podendo ter ou não consequências mais graves. (ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 51).

Talvez um grande problema se instaure pela interpretação em favor da vulgarização da violência. As brigas podem ocorrer a partir de uma recreação, de um entretenimento qualquer entre os alunos e sem muita explicação irrompem-se em contendas, com consequências mais bruscas ou não. Começam na diversão, mas em determinado momento, sem explicação plausível, toma caminhos que vão do desrespeito verbal ao exagero na força passando com facilidade à brutalidade e à pancadaria. Com a desculpa do “eu estava brincando”, a apuração mais acurada dos fatos fica prejudicada. A grande mensagem a ser divulgada deveria ser a de que nenhuma forma de violência deveria valer a pena.

O artigo 331 do Código Penal Brasileiro contempla o item “Desacato” e coloca essa prática passível de prisão. Apesar disso, é sabido que essa lei ainda não tem sido muito aplicada. O gráfico a seguir demonstra a ocorrência de desacato por alunos no ambiente escolar a professores, funcionários a direção ou até mesmo contra colegas (alunos), de acordo com as opções: muito, às vezes, nunca e não sabe.

Gráfico 3: Acontecem desacatos a professores, funcionários e a direção? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Do total de respostas 50% responderam que existe muito desacato à professores, funcionários e à direção. É curioso observar que o predomínio das respostas positivas está no grupo dos professores, enquanto que a menor porcentagem consta no grupo dos gestores. Talvez por fatores de frequência e/ou tipo de contato estabelecido, ou por questões de hierarquia/intimidação, mas tais hipóteses mereceriam um estudo mais aprofundado para serem melhor averiguadas. Fato é que os desacatos podem ser fruto do que Bernard Charlot (2002) chamou de um tipo de “angústia social” que sofre o professor, como anteriormente frisado, ainda mediante palavras deste autor: “ataques a professores ou os insultos que lhes são dirigidos já não são raros”, se tornando rotina em muitos estabelecimentos de ensino. Nesse momento, vale retomar a classificação de Sanmartin (2006, apud MARQUES, 2014, p. 27), que divide a violência em duas formas, conforme os tipos de estragos praticados: violência física e violência emocional.

Outros pontos abordados conformam a violência denominada simbólica, referenciada em vários estudos sob o ponto de vista de Bourdieu, como sendo a violência central gerada pela escola. Tal conceito foi indicado mediante um espectro da sociedade “como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que

contraria a ideia de igualdade de oportunidades vinculada à ideologia liberal." (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010, p. 73).

Tal questionamento na área da educação demonstra a deficiência de democratização dos aparelhos educacionais do capitalismo, já que:

Nas instituições escolares são maiores as chances de sucesso dos alunos das classes socioeconômicas mais altas, já que pertencem a um meio familiar provido de bagagens culturais e linguísticas dominantes que constituem a base sobre a qual se estruturam os sistemas educacionais. Assim, as propostas curriculares, as estratégias pedagógicas, as práticas linguísticas, as relações hierárquicas e outros compõem um cotidiano escolar que evidencia uma violência simbólica em vários níveis, dos quais destacamos a que se exerce sobre os alunos de classes populares, pouco adaptados a uma escola não construída para eles (RISTUM, p. 73 apud ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010, p. 73).

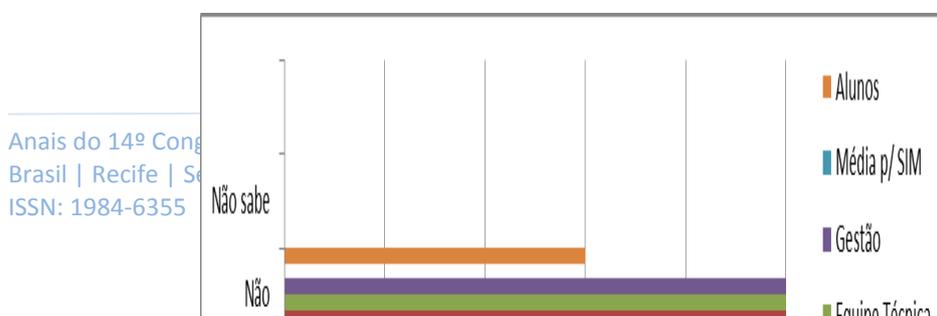
De acordo com Dudeque (2006 apud RISTUM, 2010b, pp. 73-74), o ensino proposto pelo sistema educacional brasileiro é ineficiente e antidemocrático, de forma a discriminar e a excluir uma grande parcela da população. Essa exclusão velada seria causadora em grande parte desse comportamento violento de tantos jovens na escola? De alguma maneira talvez sim. Mas, tem muitas notícias sobre vandalismos e atrocidades promovidos por adolescentes de classes mais favorecidas.

Os jovens brasileiros principiam a ingestão de bebidas etílicas desde muito cedo. Dados de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, no Brasil, a ingestão de bebidas alcoólicas é inquietante, sobretudo entre adolescentes e jovens. Estudo em escolares da rede pública de ensino fundamental e médio, no conjunto das 27 capitais brasileiras, realizado em 2004, mostrou que a média de idade para a iniciação do álcool era de 12,5 anos. Entre mais ou menos os 12 anos de idade, ou seja, fase em que, via de regra, se está frequentando a escola. Nessa fase eles são muito influenciáveis, costumam atuar de acordo com os moldes estabelecidos por seu grupo, por isso essa prática se torna facilmente disseminada. (BARROS, s.d.).

Empiricamente é sabido que são muitos os condicionantes que podem levar ao consumo do álcool, quais sejam: agentes genéticos, sociais, familiares e até emocionais. Acrescente-se coação dos camaradas, a sensação de onipotência que por vezes caracteriza a juventude, a deficiência de balizes sociais – pois o uso do álcool é largamente aceito na sociedade, e o forte apelo propagandístico igualmente podem contribuir para a aceleração do contato precoce com a bebida.

Contudo, esta pesquisa não se ateu aos fatores sociais e midiáticos que podem ter vindo a estimular os jovens a ingerirem precocemente o álcool. Fez parte da pesquisa sim, o questionamento sobre o porte e consumo, pelos alunos, de álcool dentro da escola, cujo resultado está demonstrado a seguir.

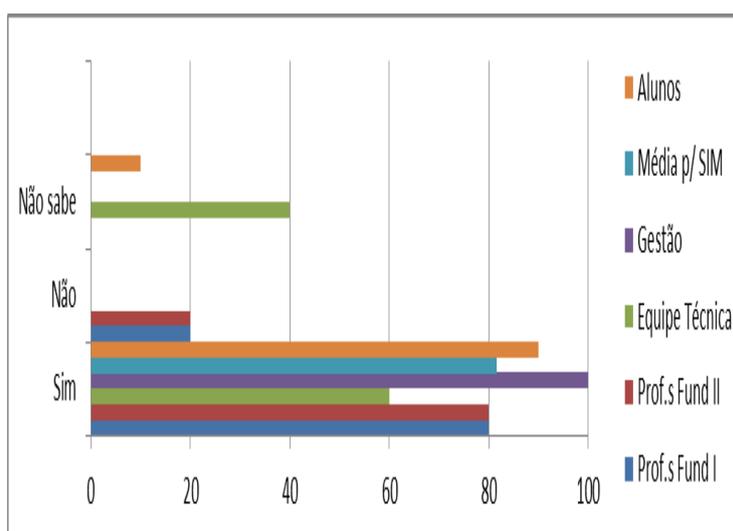
Gráfico 4: Há porte e/ou consumo de bebidas alcoólicas dentro da escola? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Declararam sim, haver consumo de bebidas alcoólicas dentro da escola, apenas 20% do total. Enquanto, afirmaram não haver porte e/ou consumo de bebidas alcoólicas no mesmo local 80% do total de respondentes. Esse resultado pode indicar que existem resquícios de respeito à unidade escolar nessa questão da não ingestão de álcool por parte de quem a frequenta regularmente. Mas não se pode generalizar este dado para fora dos muros escolares. O alcoolismo foi e continua sendo um grande problema de saúde pública, capaz de afetar todos os aspectos da conduta humana, constituindo-se uma doença herdada com diferentes probabilidades de acometimento nos descendentes. (D'ALBUQUERQUE; SILVA, 1990 apud MOSS; DURMAN, 2009, p. 2).

Chama-se narcotráfico à atividade de comercialização de substâncias ilícitas, sendo, portanto, uma atividade ilegal. Atos de violência passaram a ser frequentes nos confrontos entre os alunos na década de 90, após a intensificação desse tipo de comercialização de drogas no ambiente escolar, sendo responsáveis pela frequência de episódios truculentos associados aos estudantes contra seus professores (SPOSITO, 2001 apud CARVALHO, 2013, p. 18). A seguir gráfico com os dados levantados sobre tráfico/porte ou consumo de drogas dentro da EMEFJRNB.

Gráfico 5: Acontece tráfico, porte ou consumo de drogas na escola? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



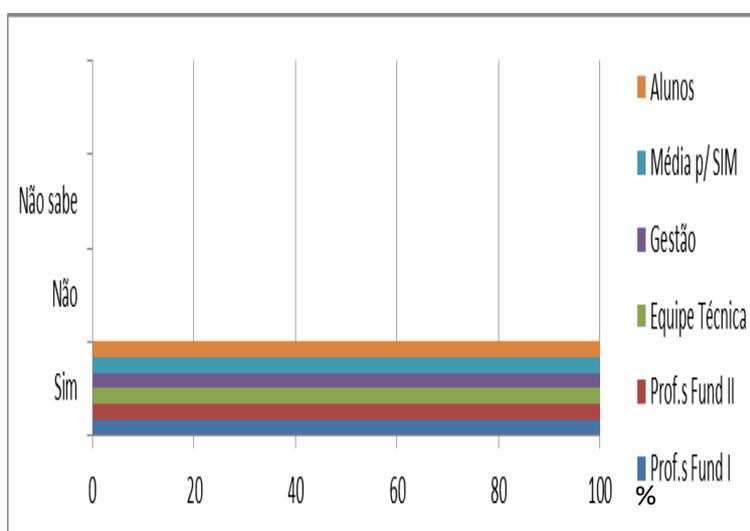
Considerando a equivalência numérica dos segmentos, 81,6 % revelaram existir tráfico, porte ou consumo de drogas dentro do ambiente escolar. Estudo realizado por Guimarães (1995 apud ASSIS; MARRIEL, 2010, p. 52) constatou a influência sobre escolas públicas de Ensino Fundamental do Rio de Janeiro, de grupos ligados ao narcotráfico e de movimentos juvenis

emergentes nas comunidades (como *funk* e *house*) em que as instituições de ensino se situam. Essa situação é bem sugestiva de desdobramentos ou de repetição em outras cidades.

Merece ressalva a comparação entre os dois últimos resultados obtidos nos assuntos relativos ao consumo de álcool e o uso de drogas entorpecentes pelo fato do uso de drogas ter apresentado maior índice de ocorrência que o consumo de álcool. Essas informações podem estar carregando visões distorcidas ou sendo mal interpretadas. O álcool é considerado pelo senso comum como mais ameno em relação a outras drogas. Será que foi por isso que não foi considerado? As drogas realmente fazem efeito mais devastador, e são mais fáceis de carregar e esconder. Deve-se ao mesmo tempo considerar que as drogas ultrapassaram em consumo o álcool devido à comodidade e melhor portabilidade residindo aí a surpreendente diferença das informações?

Outro tópico importante a ser enfatizado é a recorrência ou não da invasão de estranhos no ambiente escolar. Ao contrário da violência "à escola" (que causa danos ao patrimônio), esta se trata de uma violência na escola e contra a escola. O gráfico a seguir, mostra os resultados obtidos quanto ao questionamento de episódios de irrupções de estranhos no ambiente escolar.

Gráfico 6: Há episódios de invasões de estranhos no ambiente escolar? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Nesse quesito todos os segmentos afirmaram categoricamente haver grande incidência de invasão por elementos não mais pertencentes aos quadros da escola no recinto desta. O que vale uma comparação com o que dizem Assis e Mariel (2010, p. 53):

Invasão de alunos' que, embora tenham abandonado os estudos, ainda continuam matriculados e vão à escola para desfrutar de um mínimo de convívio social. Eles querem jogar bola, participar de algumas atividades, namorar, encontrar amigos. Esses jovens costumam fazer algazarra, perturbam as aulas, marcam sua presença de maneira muito forte e prejudicam o funcionamento da rotina escolar.

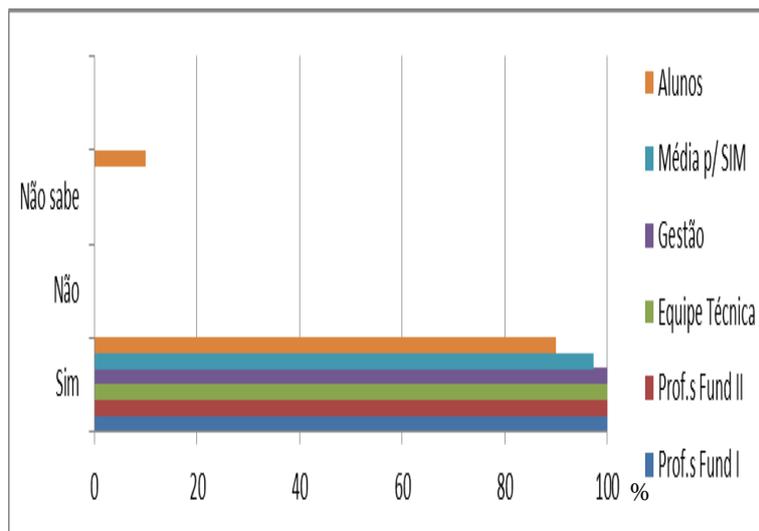
No caso averiguado nessa pesquisa, os ex-alunos ou os ainda matriculados no mesmo turno, em turnos opostos compõem um contingente capaz de assombrar toda uma comunidade escolar com seus atos violentos e desrespeitosos. Ameaças estão inseridas no tipo de violência contra a pessoa. Versam sobre "promessas explícitas de provocar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade e/ou bens de outrem." (Abromovay; Rua, 2002, p. 54). As intimidações podem dirigir-se aos alunos, equipe gestora, pedagógica, inspetores, professores, aos pais e funcionários.

De acordo com Bernard Charlot (2002), à vista disso, a escola é apenas um local como qualquer outro. Não é escolhido por algum motivo em especial para ser palco dessas ocorrências. Para o autor, em alguns casos trata-se de "acertos de contas" de conflitos fora da escola que são levados à mesma, contribuindo para atribuir à escola uma imagem de lugar desprotegido. Talvez essa visão de Charlot esteja muito estreita. Os invasores não vão à escola apenas para acertos de conta. Vão para demonstrar força e se exibirem também.

É importante atinar para a gravidade destes dados, pois, conforme registrado por Charlot (2002), os membros da comunidade escolar que estão envolvidos com escolas que funcionam em locais considerados arriscados e que sofrem com este tipo de ato grave repetidamente, podem até não os sentir como uma violência em si mesma, mas passam a ter abalada a sua saúde mental plena. O sentimento de precariedade e descontentamento elucubra a aflição dos trabalhadores de muitas escolas públicas.

Para a verificação do nível de insegurança proporcionado pela ocorrência de violência na escola nesse item, foi feito o levantamento de ameaças proferidas no ambiente escolar contra alunos, professores, funcionários e/ou direção, cujos resultados seguem no gráfico.

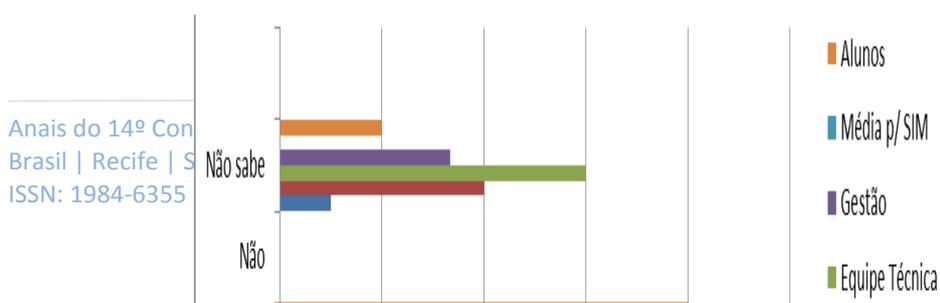
Gráfico 7: São comuns ameaça de morte a alunos, professores, funcionários e/ou a direção? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



No que tange à ameaça de morte a alunos, professores, funcionários e/ou direção, as respostas afirmativas foram quase uniformes. Um número médio de 97,4% afirmou que sim. Mesmo as ameaças podendo ou não se efetivar em violências físicas, são suficientes para gerarem uma atmosfera de inquietações no dia-a-dia. “Relatos indicam que algumas delas efetivamente passam a agressões físicas por parte dos alunos, quando são colocados para fora da sala de aula, ou são suspensos e/ou proibidos de entrar por terem chegado atrasados.” (ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 51). Por causa, muitas vezes, do ambiente de amedrontamento, repetidamente funcionários, diretores, professores e outros segmentos do corpo escolar apregoam uma sensação receio constante.

O uso de armas em brigas e conflitos nessa época de adensamento de truculência na sociedade chega mais ampla e facilmente à escola. “Alguns estudantes justificam o porte de armas como necessidade de impor respeito, proteger e defender-se.” (ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 54). Essas autoras chamam atenção para o fato de que “o recurso de armas de brinquedos indica a importância das armas no imaginário dos alunos”. Pessoas ligadas ao crime chegam a usar desse “brinquedo” para praticar atos ilícitos. Foi inquirido nessa pesquisa também, o porte e o uso de arma pelos alunos no ambiente escolar, conforme gráfico 15, apresentado a seguir:

Gráfico 8: Os alunos costumam portar armas na escola? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Responderam sim para a incidência do uso / porte de arma dentro da escola uma média de 71,1% demonstrada na tarja azul claro. É interessante atinar para a correspondência entre os resultados apresentados pela questão acima (porte de armas) e pela anterior (ameaças), pois, havendo uma grande recorrência do porte de arma pelos alunos, aumentam as chances de intimidação destes para as outras pessoas, incluindo neste rol a ameaça de morte.

Quanto a essa situação da EMEFJRNB existe discrepância com a opinião de Gonçalves e Sposito (2002, p. 113 apud CARVALHO, 2013, p. 23) quando afirmam que diante dos diagnósticos realizados, “eles revelam que as unidades de ensino não vivem um quadro de violência generalizada” e que “comportamentos como ir à escola portando arma de fogo são bastante raros entre os estudantes”, assim como as formas de violência mais graves. Os resultados conseguidos demonstram uma realidade setorizada muito difícil, passível de ajuda de todos os envolvidos com a educação local.

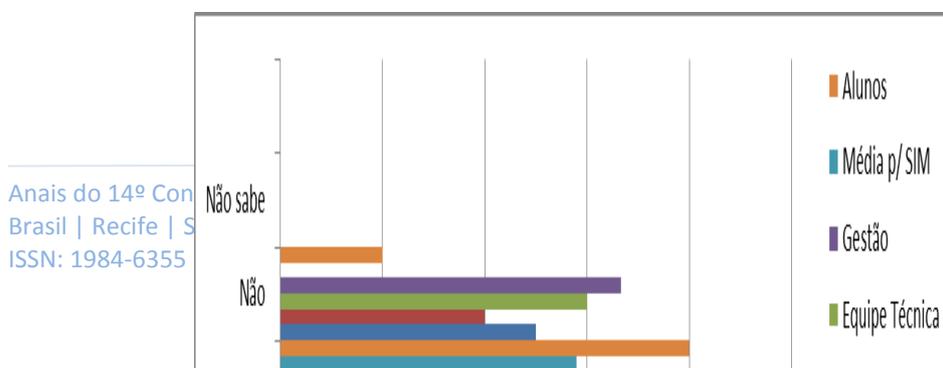
Encerrando as perguntas sobre formas de violência a pessoas, não haveria como não incluir um dos assuntos que vêm sendo amplamente debatidos no âmbito escolar, que é o *bullying*. Segundo Debarbieux (1998 apud ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 34), a própria escola pode ser, em muitos casos, lócus do exercício deste tipo de violência simbólica, sendo os danos causados pela ocorrência de bullying uma das motivações para alunos não gostarem da escola. Seja direto ou indireto, o bullying se caracteriza por três critérios: 1. Comportamento agressivo e intencionalmente nocivo; 2. Comportamento repetitivo (perseguição repetida); 3. Comportamento que se estabelece em uma relação interpessoal assimétrica, caracterizada por uma dominação.

Além desses juízos, Ristum se reporta a pesquisas que realçam episódios da vítima se sentir impotente, incapaz de se defender e de perceber a si mesma como vítima. Apõem ainda que a ofensiva incide sem uma provocação ou sem ensejo claro, como se averigua na definição de *bullying* como sendo:

Todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima. RISTUM (2010a, pp. 96-97)

Destacando-se o que é consenso, o *bullying* escolar se faz presente quando um aluno, ou um grupo de alunos, proposital e frequentemente, promove agravos físicos e, ou psicológicos em vítimas que se sentem incapazes de reagir à agressão. Nessa perspectiva os resultados obtidos nessa pesquisa seguem no gráfico abaixo sobre a existência de *Bullying* no recinto da EMEFJRNB.

Gráfico 9: Você já sofreu bullying nessa escola? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

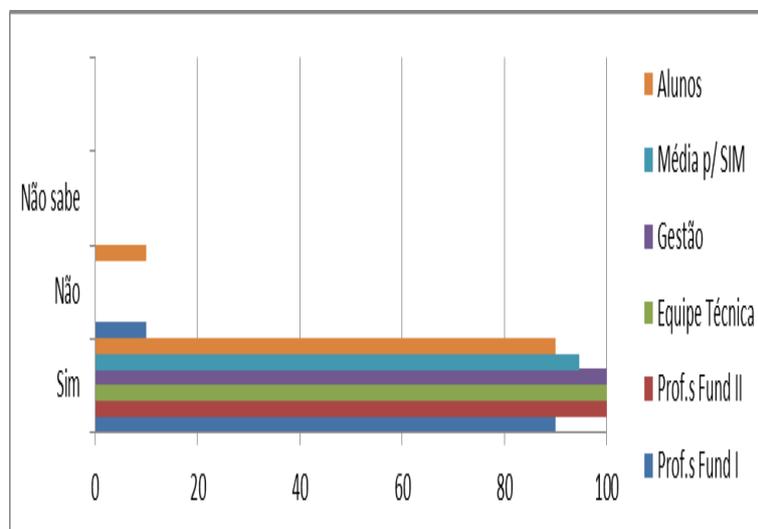


Quanto a ter sido vítima da prática do *bullying* 57,9% do todo afirmaram que sim. Destes 50% são professores da primeira fase do ensino fundamental, 60% da segunda fase também do ensino fundamental, 40% da equipe técnica, 33,3% da equipe gestora. Percentualmente, a maior incidência de *bullying* sofrido é no grupo dos alunos com 80%. Porém, também é significativo o número apresentado pelos grupos dos professores que, em média, ultrapassam os 50% de ocorrência. Declararam não sofrer com *bullying* na escola um total de 42,1%.

Bullying também é definido por Nancy Day (1996, pp. 44-45 apud ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 23) “como abuso físico ou psicológico contra alguém que não é capaz de se defender.” Será essa também a condição dos professores que mencionaram sofrer *bullying*? Eles também estão na condição de não poderem se defender?

Encerrando este bloco, questionou-se a possibilidade de que a ocorrência destas formas de violência à pessoa afetasse o ensino-aprendizagem da escola, tendo-se obtido o seguinte resultado no gráfico.

Gráfico 10: Existe prejuízo do ensino-aprendizagem pela violência à pessoa? Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Apenas 5,3% respondeu que não é prejudicado em seu processo de ensino aprendizagem pela prática de *bullying* na escola. Mas uma larga maioria com percentuais bem uniforme asseverou que, realmente, a violência contra as pessoas atrapalha e prejudica o processo da aprendizagem e do ensino, alcançando uma média de 94,7% facilmente visualizado na tarja azul claro do gráfico. Sobre essa demanda, estudos recentes de Fortinos (2006 apud DEBARBIEUX, 2001) mostram a relação entre *bullying* e “clima escolar”. Todavia autores como Bourdieu e Passeron (1992) não isentam a escola de sua participação na produção e na manutenção de violências. Para eles:

A educação, como possibilidade de autonomia individual, é reduzida à força da estrutura dominante; os autores sugerem que ela não é vitalizadora de

mudanças do tecido social vigente. Pelo contrário, ela assume outra função, a de reproduzir a força dos dominantes e a marginalidade e carência dos dominados. (BOURDIEU; PASSERON, 1992 apud BARROS, 2011, p.6).

Esses autores classificam nosso sistema de ensino como influente, articulador e mantenedor das dominâncias de poder. Defendem que o tendencioso cultural manipulado, nas mãos de poucos, urde um terreno cultural que serve de armadilha para os dominados. Acusam a escola de ser reprodutora, também, da violência (material e simbólica), assim como da desigualdade social, chegando a suprimir as probabilidades de transformação e resistência.

Em meio às grandes decorrências do *Bullying* a de maior gravidade, provavelmente seja a de provocar “traumas” ao psiquismo de suas vítimas. Pesquisadores do *bullying* entre estudantes distinguem e rotulam os papéis sociais exercidos: “vítima típica” - é o que se presta a bode expiatório para um grupo; “vítima provocadora” - aquele que se submete a certas atitudes por não ser capaz de combatê-la; a “vítima agressora” - tipo que reproduz os maus-tratos padecidos; o “agressor” – que vitimiza os mais fracos; e o “espectador” – o mesmo assiste aos maus tratos, mas não o sofre e nem o comete, porém fica exposto e responde de modo inconsciente à perturbação psicossocial. Em todo o mundo, os coeficientes de predominância de *bullying* despontam entre 5% a 35% dos alunos.

É interessante observar opiniões dimanadas de vários prismas sobre a violência nas escolas. Gonçalves e Tosta (2008), por exemplo, em investigação desenvolvida em 2005 com pais de alunos de escolas públicas levantaram informações onde os pais sugerem que o problema de violência na escola está atrelado ao declínio da autoridade dos profissionais da educação. “Por isso, os pais sugerem o imediato restabelecimento e a ampliação da autoridade de professores, diretores e equipe técnica” junto aos alunos. (GONÇALVES; TOSTA, 2008, pp. 17-18).

Embora essa informação não traga o grau de instrução dos pais, o fato é que o mesmo se distancia da maioria das citações acadêmicas que coloca a escola em um patamar de autoritarismo. Autoritarismo e autoridade possuem conceitos diferentes, porém se conectam em seus significados de acordo como são desempenhados. Autoridade é vinculada a comando, atitude, hierarquia. O autoritarismo está abotoado aos exercícios antidemocráticos e antissociais pela imposição coercitiva. Porém, agora não serão confrontados, apenas evidenciados para futura apreciação. Outro fator para avaliação posterior é o dos papéis de autoridade e da transmissão dos preceitos de respeito e de limites aos alunos que deveriam ser compartilhados entre a escola e a família.

Tem vindo num crescendo a problemática do *bullying* nas escolas. De acordo com Freire, Simão e Ferreira (2006), “nas últimas décadas, a investigação tem-se centrado cada vez mais em fatores ligados à escola no sentido de se compreender como é que o ambiente escolar pode interferir na maior ou menor prevalência da violência dos estudantes entre si.” Pois não adianta a escola apenas não compactuar com o *bullying*, mas, deve promover mecanismos que inibam essa prática no ambiente escolar para que as relações pessoais se desenvolvam de modo a propiciar um ambiente adequado ao ensino-aprendizagem.

As pessoas puderam opinar sobre quais dias e períodos do dia, as tensões violentas se faziam mais presentes – eram mais acirradas. Por isso foi arguido em que momento, especificamente, as ações relativas à violência eram mais intensas: se no turno manhã, no da tarde ou no da noite (de dias letivos); ou, ainda, se ocorriam em feriados ou finais de semana. A esse item foi dada a possibilidade da escolha de mais de uma resposta. Uma maioria bem expressiva das respostas apontou o período vespertino como sendo o turno de maior frequência das formas de violência levantadas nesta pesquisa.

Relatos de professores e funcionários apontaram como uma possível causa o fato de certo político em determinado evento de consulta democrática na escola ter falado que “aquele espaço da escola era da comunidade mesmo e que deveria ser usado por eles sempre que quisessem.” O tal político apenas se esqueceu de avisar que a escola é da comunidade, mas que é pra ser utilizada de forma organizada e planejada e carece de pauta. Que a atividade institucional que se desdobra no processo ensino-aprendizagem tem a prioridade. As aulas sistematizadas de Educação Física, por exemplo, não podem ser submergidas pela presença descontrolada de pessoas alheias à escola e ter seus aparelhos pedagógicos subtraídos sob a alegação de aquilo tudo lhes pertence porque é público. Parece mais uma vez o uso do discurso pelo discurso ser usado sem contexto e sem conhecimentos básicos para fazê-lo prejudicando a prática profissional.

Considerações finais

A violência tem aumentado muito nas escolas, isso é fato. Porém, não só aí. Tem aumentado de modo geral e levantado muitas suposições para compreensão desse fenômeno, que vêm num crescendo, de acordo com os noticiários locais, nacionais e internacionais.

Esta pesquisa de campo demonstrou que a escola objeto de estudo estava bastante vulnerável à violência, circunstanciada mediante os registros de B.O. em delegacias da capital. Mesmo se considerando as dificuldades enfrentadas pela educação, foi verificado que a escola estudada foi equipada minimamente para funcionar com dignidade. A maior parte da clientela que utiliza a escola residem em habitações populares, mas providas de condições mínimas de urbanização. Além de disporem de aparatos públicos a exemplo de creches, escolas, e unidade de saúde. Não se constituindo esses itens como fortes condicionantes à violência dirigidas às pessoas

As violências contra pessoas mais mencionadas pelos entrevistados foi a incursão de pessoas estranhas ao espaço escolar, seguida das agressões físicas, agressões verbal e moral e agressões de cunho psicológico. As brigas entre alunos também mereceram relevo, compreendendo desde dificuldades de sociabilidade, ofensas verbais e gestuais, até comportamentos brutais.

Ainda quanto à invasão de pessoas, que foi referenciada como um enorme, senão o maior problema enfrentado pela escola viu-se que esta ocorre com maior frequência no turno da tarde. A motivação mais recorrente assinalada pelos entrevistados para justificar a predominância dos atos de violência no referido período foi a concentração de jovens neste horário, pois é quando funciona o Ensino Fundamental II, que compreende, prioritariamente, adolescentes cursistas do 6º ao 9º ano. Aí uma pergunta se põe: por que os adolescentes têm causado tantos e tão diversos transtornos violentos na escola?

Foi testificada, em grande medida, a prática de *bullying* – aluno x aluno na escola. Porém, outro dado chamou bastante atenção: também foi significativo o número exposto pelo grupo dos professores que declararam sofrer com a prática de *bullying* por intermédio dos alunos, o que pode estar apontando para uma crescente falta de respeito ao professor.

As intimidações por ameaças de morte foram referidas pelos alunos, pelas equipes gestora, pedagógica, de professores, e de funcionários. Fato que preocupa bastante por poder afetar a saúde mental dos alunos e dos trabalhadores que labutam em ambientes com esta característica. Assim, a violência pessoas prejudica imensamente o processo de ensino-aprendizagem por causa do clima de insegurança gerado pelas situações mencionadas.

O consumo de álcool apresentou baixo nível de citação com relação ao uso de drogas entorpecentes. Mas essas informações podem estar carregando visões distorcidas sobre esse assunto, já que o álcool é considerado pelo senso comum, como sendo mais ameno em relação a outras drogas, que, por sua vez, tiveram um resultado significativo. Outros pontos abordados conformam a violência denominada simbólica, através do tipo de ensino proposto pelo sistema educacional brasileiro, ainda considerado ineficiente e antidemocrático por discriminar e excluir uma grande parcela da população.

Os papéis tanto da escola quanto da família apresentam-se contraditórios tendo em vista os seus limites e conceitos de autoridade. Devem ser estudados posteriormente para que essa discussão venha a debate visando engrandecer e ajudar à escola, e, esta à sociedade nos rumos que devem tomar.

Enseja-se que as matérias pesquisadas e tratadas aqui favoreçam a compreensão das correlações de conflito que motivam o surgimento das violências processadas no ambiente escolar. E, ao mesmo tempo que ajudem a construir metas melhores direcionadas para o confronto da violência deflagrada contra a escola. E que norteiem as políticas do sistema municipal, mantenedor do estabelecimento escolar em questão, como também de forma mais específica as intervenções da gestão e dos outros profissionais da escola. Aconselha-se ainda, para se preservar o processo ensino - aprendizagem que se manobre as demandas da violência – tanto as do seu interior quanto as de seu entorno – por meio de ajustamentos conceituais, políticos e materiais.

Espera-se que os resultados possam cooperar com propostas de ações para a elaboração de políticas públicas educacionais para precaver a lida com situações de violência escolar. Mas, diante essas constatações surge uma substancial indagação: quem ajudará a escola?

Referências

- ABROMOVAY, M. et al. Escola e Violência. Brasília: UNESCO, 2002. 154p.
- ABROMOVAY, M.; RUA, M. G. Violências nas Escolas: versão resumida. Brasília: UNESCO Brasil; REDE PITÁGORAS; Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça; CNPq; Instituto Ayrton Senna; UNAIDS; Banco Mundial; USAID; Fundação Ford; CONSED; UNDIME, 2002. 88p.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.). Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Editora: FIOCRUZ, 2010. 270 p.
- ASSIS, S. G.; MARRIEL, N. S. M. Reflexões sobre Violência e suas Manifestações na Escola. p.p. 41-63. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (org.). Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. 270 p.
- BARROS, Lúcio Alves. Educação, escola e paradoxos no campo da violência. Educação Pública -Área de atuação Ciências Humanas; FAE – Universidade Estadual de Minas Gerais / UEMG, 2011.
- BARROS, Jussara. Jovens e Bebidas. In: Brasil Escola [Internet], [s.d.]. Disponível em: <<http://brasileSCO.la/b11127>>. Acesso em: 01 fev. 2015.
- CARVALHO, Patricia Cristina Amorim de. O professor mediador escolar e comunitário: desafios à violência escolar. Paranaíba, MS: UEMS, 2013. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 2013.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, n. 8, Dec. 2002.
- DEBARBIEUX, Éric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo: Faculdade de Educação de São Paulo – USP, v. 27, n. 01, jun. 2001 .
- FREIRE, I. P.; SIMÃO, A. M. V. & FERREIRA, A. S. O estudo da violência entre pares no 3o ciclo do ensino básico: um questionário aferido para a população escolar portuguesa. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 19, n. 2, 2006. pp. 157-183.
- GONÇALVES, Luiz Alberto e TOSTA, Sandra Pereira. A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Cultura, Mídia e Escola).
- LOPES, Rosilene Beatriz. Significações de Violências na Perspectiva de Professores que Trabalham em Escolas “Violentas”. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.
- MARQUES, Ana Rita da Graça. Envolvimento e Disrupção Escolar em Alunos do 6º e 7º ano de Escolaridade, no Ensino Artístico: Efeitos de um Programa Comunicacional Eclético. Dissertação (mestrado em educação). Especialização em Formação Pessoal e Social. Universidade de Lisboa, 2014.
- MOSS, Elisete; DURMAN, Solânia. Alcoolismo na adolescência: intervenção na escola. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação–SEED. Programa de Desenvolvimento-PDE, 2009.
- PRIOTTO, Elis Palma; BONETIB, Lindomar Wessler. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009 p. 163.

RISTUM, Marilena. Bullying Escolar. In: ASSIS, Simone Gonçalves de (org.); CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. pp. 95-119.

_____. Violência na Escola, da Escola e contra a Escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de (org.); CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores.. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. pp. 65-93.